



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Aes-5

Processo nº : 10825-001283/94-93
Recurso nº : 117.430
Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - Ex.: 1992
Recorrente : UNIMED DE AVARÉ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO - SP
Sessão de : 11 de novembro de 1998
Acórdão nº. : 107-05.418

SOCIEDADES COOPERATIVAS CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO. As sobras apuradas pelas Sociedades Cooperativas, resultado este obtido através de atos cooperados, não é considerado lucro. Ante a inexistência de lucros, não deverá ser cobrada a Contribuição Social sobre o Lucro, pela inexistência da sua base de cálculo.

Recurso provido.

Vistos relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por UNIMED DE AVARÉ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 29 JAN 1999

Processo nº. : 10825-001283/94-93
Acórdão nº. : 107-05.418

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANIEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.



Processo nº. : 10825-001283/94-93
Acórdão nº. : 107-05.418

Recurso nº. : 117.430
Recorrente : UNIMED DE AVARÉ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO - SP

RELATÓRIO

UNIMED DE AVARÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, recorre a este Egrégio Conselho de Contribuintes da decisão do sr. Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP., que julgou procedente o lançamento consubstanciado no auto de infração acostado aos autos às fls. 01.

Refere-se ao lançamento de ofício da Contribuição Social sobre o Lucro exercícios de 1990 e 1991 tendo em vista a falta de lançamento e recolhimento da referida Contribuição, conforme descrito na folha de continuação do Auto de Infração documento de fls. 02.

Cientificado desta autuação apresentou impugnação tempestiva aduzindo, em preliminares, a constitucionalidade contida na Lei nº 7.689/89 e, quanto ao mérito, rechaça o lançamento argüindo que, tratando-se de uma sociedade cooperativa sem fins lucrativos, as sobras auferidas não podem ser consideradas base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, porque Lucro não existe, citando ser esta a interpretação do ATO DECLARATÓRIO NORMATIVO N° 17, de 30 de novembro de 1990, cujo teor transcreve.

Fundamentando os argumentos expendidos cita vários Acórdãos deste Egrégio Colegiado e, finalizando, requer seja declarado improcedente o lançamento impugnado.

Processo nº. : 10825-001283/94-93
Acórdão nº. : 107-05.418

Decidindo a lide a Autoridade "a quo" entendeu ser este lançamento decorrente do IRPJ consubstanciado nos autos do processo de nº 10825-001282/94-21 e julgou-o parcialmente procedente para reduzir a multa de ofício e excluir os efeitos da TRD lançada como juros de mora no período antecedente a Agosto de 1991.



É o Relatório.



Processo nº. : 10825-001283/94-93
Acórdão nº. : 107-05.418

V O T O

Conselheira - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade do recurso, instituídos pelo Decreto n° 70.235/72, dele tomo conhecimento.

De início cabe esclarecer que não há informação, nos autos, que conduza à conclusão de tratar-se de lançamento decorrente.

E mais: o processo relativo ao IRPJ refere-se aos períodos-base de 1989; 1990 e 1991. Este refere-se aos períodos-base de 1990 e 1991, razão pela qual entendo tratar-se de um processo autônomo.

Do relato infere-se que a exigência tributária está fundamentada no entendimento de a contribuinte não haver calculado e recolhido a Contribuição Social sobre as sobras advindas dos atos cooperados , tendo a mesma apurado um lucro líquido nos períodos-base de 1990 e 1991 de Cr\$ 7.851.568,48 e Cr\$ 29.097.655,21 respectivamente (dados extraídos do quadro 13 das DIRPJs, acostadas aos autos às fls. 07 e 11).

A matéria em lide é amplamente conhecida neste Colegiado. A Câmara Superior de Recursos Fiscais já pacificou a matéria ao proferir o Acórdão n° 01-01.758, de 17 de outubro de 1994, onde foi negado provimento ao recurso especial impetrado pela Fazenda Nacional, consignando que o resultado positivo obtido pelas Sociedades Cooperativas nas operações realizadas com seus

Processo nº. : 10825-001283/94-93
Acórdão nº. : 107-05.418

associados, os chamados atos cooperados, não integra a base de cálculo da Contribuição Social.

Neste Acórdão, o Ilustre Relator abordou, no voto, quais são os contribuintes da Contribuição Social e qual é a sua base de cálculo.

O Relator fez cristalina as hipóteses em que a Contribuição Social seria devida e, consequentemente, as que não seria devida. No que se refere a "sobras" obtidas pelas Sociedades Cooperativas, estas, por não se referirem a lucro obtido pela Sociedade, não podem compor a base de cálculo da Contribuição Social.

Não é demais acrescentar que, se este raciocínio não fosse o correto, a Secretaria da Receita Federal jamais estabeleceria, no quadro 14 da DIRPJ, um item específico para a exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real, dos resultados não tributáveis das sociedades cooperativas.

De acordo com o disposto na lei do cooperativismo, os atos cooperativos praticados entre associados não estão enquadrados como atos mercantis, não estando, pois, sujeitos à incidência genérica de tributos.

Diante de todas as considerações elencadas voto no sentido de dar provimento ao recurso, para considerar insubsistente o lançamento de fls. 01.

Sala das sessões (DF), 11 de novembro de 1998.

MARIA DO CARMO S. R. DE CARVALHO